

EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: UM DIÁLOGO VOLTADO PARA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL COMO GARANTIA DE DIREITOS

Camila Mirella Barbosa Raia De Oliveira (1); Edina Henrique Da Silva Batista (2)

¹Universidade Federal de Pernambuco, camilamraia@hotmail.com;

²Universidade Federal de Pernambuco, edinabatista1@hotmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo principal analisar o direito à educação, a partir das concepções de direitos humanos e interculturalidade como aproximação das questões relacionadas às diferenças. O estudo em pauta é um recorte de pesquisa intitulada: “Educação em Direitos Humanos e Formação de Professores no Ensino Fundamental”, desenvolvida pelo grupo de pesquisa “Interlocuções entre Educação em Direitos Humanos, Currículo e Formação de Professores”, desenvolvido pela UFPE, no Núcleo De Estudos e Pesquisas de Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Cidadania – NEPEDH, vinculada a CNPQ/BR. A pesquisa assinala estudos científicos (dissertações e teses), selecionando os trabalhos que foram desenvolvidos entre os anos 2011-2016, coletados nos bancos de dados oficiais da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Banco de Teses da Capes e Domínio Público. Vale ressaltar que o mediante estudo busca analisar os trabalhos supracitados que contemplam a temática: Inclusão, Direitos Humanos e interculturalidade.

Palavras-chave: direitos humanos, educação, interculturalidade.

INTRODUÇÃO

Muito se discute nos Âmbitos Legais no que tange o processo da Educação em Direitos Humanos, e o processo histórico de algumas referências se funda com o período transitório democrático na América Latina e no Brasil. Em consonância com exposto Andrade e Rechembah (apud Tavares 2015, P. 16) afirmam que “A construção da educação em e para os direitos humanos como política pública vem sendo parte de um processo global, regional e local, envolvendo a sociedade civil e o Estado”.

Por conseguinte, A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 1948, demarca “que cada indivíduo e cada órgão da sociedade [...] se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos [...]” (ONU, 1948, preâmbulo). Contudo o direito à educação é descrito em seu artigo 26, que viabiliza orientações no sentido do “pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais” (ONU, 1948, art. 26).

Destarte, percorrendo o caminho das análises e reflexões apresentadas no grupo de pesquisa surgem nossa indagação: quantos trabalhos foram apresentados ao mundo acadêmico (dissertações e teses), no período de 2011 a 2016 relacionados aos direitos humanos que apresentam a temática da educação intercultural?

E, assim para responder a esse questionamento, traçou-se como objetivo geral identificar os trabalhos (dissertações e teses) realizados no período de 2011 a 2016 que contemplam educação em direitos humanos e interculturalidade. Apoiados pelos caminhos dos objetivos específicos: (1) Identificar quantitativamente o levantamento de tais dados; (2) Verificar nos trabalhos citados anteriormente, os fundamentos que orientam a temática destas políticas educacionais, voltadas para a garantia dos direitos; (3) Analisar a temática em questão, identificando os avanços e caminhos necessários para o mesmo.

Justifica-se este artigo a partir do interesse do grupo de pesquisa em Direitos Humanos a respeito da temática, para que, se adentre as discussões mais atuais sobre o contexto e como estão se posicionando os aportes teóricos frente a uma educação em direitos humanos. A reflexão e o debate sobre direitos humanos e educação, apresentam um número considerável incluindo documentos oficiais, porém o que distância é a apropriação do conhecimento e sua prática. Pretende-se com esse estudo, contribuir para as instâncias das políticas educacionais nos espaços acadêmicos. Que este estudo possibilite averiguação dos pontos positivos e das melhorias a serem realizadas nas abordagens metodológicas apresentadas pelo meio científico.

Educação em Direitos Humanos e Interculturalidade

A Educação em Direitos humanos vem contribuir para o estabelecimento desses valores. Segundo o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEHDH (BRASIL, 2007, p. 25), a EDH articula as seguintes dimensões:

- a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político;
- d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados;
- e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações.

A Educação em Direitos Humanos atravessa os muros das escolas e levar o aluno a um diálogo com o mundo e a incitá-lo ao questionamento e ao reconhecimento do outro. Dessa forma, podem contribuir para o desenvolvimento de uma visão crítica da realidade e de uma consciência de sujeito histórico que pode se libertar de toda opressão e de toda injustiça.

Uma Educação em Direitos Humanos deve ter como base a sensibilização, a consciência da dignidade de toda pessoa humana e a promoção de uma cultura dos Direitos Humanos. Candau (2005, p. 8) aponta alguns elementos relevantes para uma educação pautada no respeito aos direitos humanos, na dignidade do indivíduo, importantes para que educadores se baseiem e pratiquem nos seus espaços escolares.

- um processo sistemático e multidimensional orientado à formação de sujeitos de direitos e à promoção de uma cidadania ativa e participativa;
- a articulação de diferentes atividades que desenvolvam conhecimentos, atitudes, sentimentos e práticas sociais que afirmem uma cultura de direitos humanos na escola e na sociedade;
- processos em que se trabalhe, no nível pessoal e social, ético e político, cognitivo e celebrativo, o desenvolvimento da consciência da dignidade humana de cada pessoa.

Tratar a educação como um direito humano tem um sentido bastante amplo, vai além de ofertar educação para todas as pessoas, sem limitações seja financeira, de raça, cultura, condição social, nacional, de gênero ou étnico-racial, não se referindo somente ao processo escolar e sim nos diversos âmbitos, como, na família, comunidade, trabalho, grupos de amigos e associação. A educação é um bem público, pois ela dá acesso a outros direitos. A educação contribui para que as pessoas saiam da pobreza, evita a marginalização das mulheres, o trabalho infantil, a exploração sexual, possibilita o enfrentamento de discriminações e preconceitos, entre muitos outros benefícios.

Nas questões referentes as normativas, os avanços destacam-se a partir da promulgação da Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL/SENADO FEDERAL, 1988) garantindo os direitos políticos, econômicos, sociais para todos os brasileiros, entre estes a educação como um direito subjetivo, e a publicação de documentos balizadores que contribuam para fomentar/instituir políticas públicas de Direitos Humanos e de Educação em Direitos Humanos no território nacional. Os documentos citados, são: Os Programas Nacionais de Direitos Humanos no Brasil, I, II e III elaborados nos anos de 1999, 2006, 2010, respectivamente; o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos construído em uma primeira versão em 2003 e, em segunda versão em 2006 (BRASIL, 2003/2006), as Diretrizes Nacionais para a

Educação em Direitos Humanos (BRASIL, MEC/CNE, 2012) e mais recentemente as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (BRASIL, MEC/CNE, 2015).

Tal movimento no Brasil, cresceu a partir do envolvimento da sociedade civil organizada buscando a reconstrução e fortalecimento da democracia no país. Esses documentos reiteram a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (BRASIL, MEC/CNE, 1996) ao explicitar que a educação é instrumento de formação da cidadania e nessa direção de vetor para fortalecer a democracia.

No Brasil, sob ótica do currículo escolar, este sofreu grande influência na década de 1990, com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 20 de dezembro de 1996 – LDBEN 9394/96. A LDB regulamentou o ensino em modalidades e as condições a serem oferecidas. Em 1997, é promulgado os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que fornecem referências curriculares para orientação da escola na realização da reestruturação e/ou estruturação dos currículos escolares de todo o Brasil, com o objetivo de padronizar o ensino. No ano de 1998 foram promulgadas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), normas obrigatórias para a educação básica, metas e objetivos que orientam o planejamento curricular e norteiam os currículos.

A escola por meio do currículo intervém no processo de compreensão de diversidade cultural por meio de práticas multiculturais que buscam superar questões como racismo, preconceito, violência, xenofobia, assim se faz necessária reflexão desse currículo multicultural na prática do professor e na sua formação docente. “Uma educação para o reconhecimento do outro, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais” (CANDAU, 2013, p.23)

O currículo intercultural é o que, com uma base comum de cultura geral para todos, acolhe a diversidade e a experiência particular dos diferentes grupos de alunos e propicia, na escola e nas salas de aula, um espaço de diálogo e de comunicação entre grupos sociais diversos. (LIBÂNEO, 2011, p. 305).

É dessa forma que a educação intercultural ganha destaque. A interculturalidade vem trazendo ao longo das décadas uma crescente mudança na perspectiva de educação, na teoria e no estudo. Nasceu através do povo, da não aceitação de que sua cultura é menos que outra, de não aceitar apenas que uma cultura é a dominante e que todas as outras deveriam submeter-se; surgiu para fazer valer os direitos que foram dados à todos os indivíduos. Como fundamenta Catherine Walsh (2010) conceito de interculturalidade não significa apenas o contato entre

culturas, mas uma preocupação em desconstruir as relações desiguais de poder que subalternizam alguns grupos.

A interculturalidade influenciou as concepções teóricas a respeito da educação, Candau (2010, 2013), Freire (1996), Libâneo (2011), Santos (2002, 2003) e Walsh (2010), a partir do momento que, por ser um elemento que influencia os alunos e a sociedade, por todos os fatores externos chegarem até a escola, tratando-se de um meio social, assim a afeta. Dessa forma, concepções acerca da interculturalidade motivaram mudanças nas teorias, de diretrizes e de currículo escolar. Em educação, surgiu como um repensar no que deve nortear a educação, quais valores devem ser trabalhados, ensinados na escola para que promova um ensino intercultural eficaz. Trabalhar essas diversidades na escola é fundamental para a formação de um ser crítico e autônomo de sua aprendizagem. Para tanto, quando ocorre uma mudança importante na educação e que afeta o pensar, concepções e paradigmas, é necessário que o professor que está inserido na escola se prepare para receber essa mudança e saber trabalhar da forma mais coerente possível, abraçando e promovendo uma educação que forme para a diferença.

Metodologia

Este estudo oportuniza compreender como se apresentam algumas pesquisas voltadas para a Educação em Direitos Humanos e Interculturalidade. À priori a pesquisa foi realizada de cunho quanto à natureza científica está enquadrada na base qualitativa, conforme Prodanov e Freitas (2013, p.70) “Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”.

O grupo de pesquisa surgiu com uma parceria da Universidade da Bahia (UNEB), que apresentou um projeto intitulado “**Interlocuções entre educação em direitos humanos, currículo e formação de professores**”, tal projeto objetiva responder a essas inquietações, através de um mapeamento e análise da produção científica, delimitando as áreas de Educação em Direitos Humanos na interface com os campos do Currículo e a formação dos professores, com destaque para estudos relativos à educação formal, ao currículo da educação básica e da educação de jovens e adultos. O grupo de pesquisa, destaca como objetivo geral:

Analisar, no cenário da produção científica na área de Educação em Direitos Humanos, as possíveis interlocuções desta área com os campos de Currículo e

Formação de professores, no período de 2005 a 2015, como forma de subsidiar processos formativos de professores, com foco na educação em direitos humanos. (COSTA, 2016, p. 12)*.

Elencando os seguintes objetivos específicos:

(1) Traçar um panorama das interlocuções entre as pesquisas de educação em direitos humanos, currículo e formação de professores; (2) Identificar enfoques e abordagens teórico-metodológicas que fundamentam a produção sobre a educação em direitos humanos na relação com, currículo e formação de professores; (3) Identificar e descrever, dentro da produção científica analisada, algumas ações, projetos, conteúdos trabalhados, experiências e práticas capazes de contribuir para a construção de propostas formativas em educação em direitos humanos. (Idem).

Foram construídas metas para garantir o que se espera alcançar neste processo investigativo, primeiramente a meta estabelecida será mapear a produção de conhecimentos sobre educação em direitos humanos com as possíveis interlocuções/interfaces com o campo do currículo e da formação de professores, posteriormente foi construída a meta para elaborar uma sistematização dos resultados da investigação com vistas a sua divulgação de forma a contribuir com a formação dos professores. A seguir apresenta-se os indicadores de acompanhamento com base para maior aproximação da organização das atividades que foram desenvolvidas no grupo de pesquisa.

Item	Metas	Atividades	Indicador físico
1	Mapear a produção de conhecimentos sobre educação em direitos humanos com as possíveis interlocuções/interfaces com o campo do currículo e da formação de professores.	1.1 Definição dos descritores para a busca: educação em direitos humanos e educação e direitos humanos, currículo, formação de professores	Descritores definidos
		1.2 Consulta nas bases de dados na Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações e no Banco de Teses da CAPES e Domínio Público	Registro das Consultas realizadas
		1.3 Leitura seletiva do material	Material selecionado
		1.4 Leitura e fichamento das teses e dissertações selecionadas e organização dos dados em categorias;	Fichamento do material selecionado
		1.5 Reunir os trabalhos selecionados em um software	Software elaborado
2	Sistematizar os resultados da investigação com vistas à sua divulgação de forma a contribuir com a formação dos professores	2.1 Análise das informações/dados	Informações/dados analisados

* Texto extraído do Projeto de pesquisa. COSTA, Graça dos Santos. Projeto Interlocuções entre Educação em Direitos Humanos, Currículo e Formação de Professores. Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, 2016.

		2.2 Realização de seminários e apresentação de trabalhos em eventos e publicações.	Seminário realizado
		2.3 Redação do texto final	Texto final elaborado

Tabela 01: indicadores de acompanhamento. (COSTA, 2016, p. 12)

Com o objetivo de conduzirmos nossa pesquisa, foram utilizados alguns sites de referência nas seguintes bibliotecas digitais:

- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações;
- Banco de Teses da Capes;
- Domínio Público.

Entretanto, para realização desta, usamos dissertações e teses direcionando a definição de pesquisa documental que se aplica nesse trabalho, porque, lançamos mão da ideia que resulta a definição de (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 56) “[...] qualquer registro que possa ser usado como fonte de informação, por meio de investigação, que engloba: observação [...]; reflexão [...]; leitura [...]; crítica [...]”. Visto que, nos apropriamos de trabalhos científicos, os quais tenham recebido tratamento analítico em outros estudos, mas não com os objetivos dos quais tratamos. Conforme foi definido, o recorte do estudo tratou-se de selecionar textos científicos, a partir de 2011 até 2016, que realizavam suas discussões sobre Educação e Direitos Humanos e interculturalidade.

Inicialmente, foi apresentado o projeto pela professora do grupo de pesquisa da UFPE, apresentou a proposta, o projeto (citado seus objetivos e indicadores anteriormente) e nele foi descrito as tarefas de cada membro, sugerindo que o grupo de pesquisa da UFPE, pesquisasse sobre as interlocuções entre educação em direitos humanos e formação de professores.

Em vista disso, foi abordado também que há necessidade de definir uma sistemática para realizar as buscas nas bases de dados. Conforme ficou estabelecido nos objetivos específicos do projeto, nossas ações durante a leitura das teses e dissertações devem conduzir ao seguinte:

- Identificar enfoques e abordagens teórico-metodológicas dos autores pesquisados;
- Descrever, conforme identificado nos trabalhos analisados, ações, projetos, conteúdos trabalhados, experiências e práticas voltadas para a Educação em Direitos Humanos (EDH).

Estabelecendo critério para o levantamento dos trabalhos, alguns descritores foram elencados para nortear a pesquisa, que foram:

- EDH e currículo
- EDH e formação de professores

- Educação em direitos humanos
- Direitos humanos e educação
- Direitos humanos e formação de professores
- Direitos humanos e saberes docentes

Para garantir as atividades e crescente evolução do trabalho de pesquisa, foi preciso listar atividades em conjunto a elaboração de um cronograma de reuniões e entregas de resultados alcançados, para consolidarmos cada etapa concluída, ficando assim estabelecido em um encontro mensal presencial e cotidianamente por e-mail e plataformas de relacionamento social, podendo sofrer alteração o calendário em questão. Como posto na metodologia, foi realizada uma busca nas bibliotecas digitais por cada descritor mencionado, sendo os anos divididos para os membros do grupo.

Por conseguinte, para facilitar foi criada uma tabela com os registros das produções científicas pesquisadas, como forma de registrar o levantamento desenvolvido e registrar as pesquisas realizadas. Logo, foi concebido e concluído a fase direcionando a nossa análise.

Resultados e Discussão

Após a apreciação da metodologia, sobre a qual nos ancoramos para orientar nosso enfoque, seguimos com os resultados para uma reflexão mais apurada sobre o nosso tema de estudo, em prol de alcançarmos o cumprimento dos objetivos aos quais nos propomos atender. Como dito anteriormente, este artigo pretende identificar dentro do recorte realizado de 2011-2016, os trabalhos científicos (dissertações e teses) que contemplem educação em direitos humanos e interculturalidade.

Foram identificados no recorte do período de 2011-2016, cerca de 32 (trinta e dois) trabalhos (entre dissertações e teses) que tratam da temática da educação em direitos humanos que se relacionam aos descritores (destacados acima) para a pesquisa. Dessa amostra de 32 trabalhos, quando vamos analisar quais destes abordam a questão da interculturalidade, diminui-se para uma amostra de 02 (dois) trabalhos científicos. Tais trabalhos foram encontrados na plataforma do BDTD (Banco de Dados de Teses e Dissertações).

O primeiro trabalho encontrado, é do ano de 2015, pertence a Universidade de São Paulo – USP, intitulado “Igualdade e diferenças nas políticas educacionais: a agenda das diversidades nos governos Lula e Dilma”, da autora Denise Carreira. O trabalho científico é uma tese, do programa do doutorado em educação, possui 508 páginas. O estudo se compromete em abordar

as chamadas políticas de diversidade na educação e sua contribuição para o reconhecimento e a promoção dos direitos humanos e a superação do racismo, do sexíssimo, da homofobia e das demais desigualdades e discriminações que marcam profundamente a sociedade e a educação brasileiras.

O segundo trabalho encontrado, é do ano de 2016, também pertence a Universidade de São Paulo – USP, intitulado “Educação, direitos humanos, igualdade e diferença: o que dizem os professores?”, da autora Sara Motinho Silva. O trabalho científico e uma tese, do programa do doutorado em educação, possui 216 páginas. O estudo se compromete em ampliar o conhecimento sobre a relação entre direitos humanos e educação (histórico, conceitos, documentos) e buscar, por meio de entrevistas qualitativas com professores do ensino fundamental, levantar e sistematizar dados e reflexões que possam esclarecer as condições, favoráveis e desfavoráveis, para a implantação e consolidação de projetos de educação em direitos humanos em escolas públicas. (SILVA, 2016).

É importante destacar que nenhum dos dois trabalhos não tratam somente a questão da da interculturalidade, o trabalho de Carreira (2015, p. 25) busca fazer uma “relação entre a agenda da diversidade e os desafios de superação das desigualdades em educação.” A autora aborda que sua pesquisa advém da sua prática profissional, além de educadora, ela é ativista, integra movimentos e organizações da sociedade civil, coloca a sua experiência como elemento fundamental para o seu projeto, para trabalhar a diversidade na educação e suas políticas educacionais. O trabalho de Sílvia (2016, p. 14) a autora busca analisar o grau de conhecimento em relação a diversidade, a “percepção e tensões entre diferença e igualdade na dinâmica social do contexto escolar”, atuando nas políticas educacionais. A interculturalidade está presente em conhecimento, nos preceitos que defende perante educação, não é a protagonista dos estudos aqui analisados, porém suas discussões servem de base, juntamente as questões referentes a diversidade e diferenças.

O que pode ser percebido é a carência de estudos relacionados a direitos humanos dialogando com a interculturalidade, ao mesmo tempo, vemos uma crescente na sensibilização para tratar temáticas relacionadas ao preceito que a interculturalidade busca, como respeito a individualidade do sujeito de direito, a diversidade, as políticas que as permeiam, contexto que estão inseridas. Uma preocupação a ser destacada nos trabalhos analisados é em relação ao contexto escolar, como isso tudo chega para a escola, se os professores estão prontos para trabalhar as questões ligadas à diversidade na sala de aula, se houve uma formação que o

preparasse para atuar de forma a garantir os direitos necessários aos educandos. Ainda são questões que inquietam estudiosos e que devem ser tratadas com muito cuidado de forma que produza conhecimento e evolução e não compreensões equivocadas que podem gerar atitudes que não condizem em os preceitos da educação para a diversidade, de uma educação intercultural.

Conclusões

O presente artigo reforça a importância da realização de mais estudos sobre a educação em direitos humanos e sua relação para uma educação intercultural. Quando analisamos as perspectivas interculturais vemos que ainda necessita de uma ampliação desse conhecimento, que vale enfatizar que está numa crescente no campo da educação, da sociedade. Atualmente conseguimos perceber que temas relacionados a diversidade, igualdade e diferença e interculturalidade está mais em evidência, não somente pelos estudos, mas por um movimento social crescente de garantias de direitos, de luta, de diálogos que auxiliarão a termos cada vez mais discussões tanto no micro, quanto no macro, com o objetivo de construir uma corrente de busca dos direitos e de conhecimento para que possamos atuar na realidade da nossa educação.

As escolas e os seus agentes, com destaque para os professores, devem estar cada vez mais envolvidos com a nova realidade inserida na matriz curricular escolar, na formação e na prática docente. A formação da sociedade brasileira diferentes culturas, a interculturalidade reforça a ideia de se desenvolver no campo da educação, um trabalho que contemple essa complexidade social dentro da realidade brasileira. Para isso é imprescindível, pensar e repensar a prática pedagógica docente, quanto a sua formação. Esse pensar e repensar se estabelece como essencial, tendo em vista que ainda há uma lacuna na vida profissional, na docência e na vida da escola.

Candau (2013, p. 86) alerta na questão do “cuidado com a forma como essas iniciativas pedagógicas poderão ser realizadas e a necessidade de articulá-las com os estudos e reflexões mais profundos”. Para isso, é necessário que o professor se preocupe com o processo de construção da cidadania do aluno, fazendo com que seja necessária a conscientização do professor, que conforme Freire (1996) tem seu papel de facilitador de aprendizagem, aberto às novas experiências, procurando compreender, numa relação empática, também os sentimentos e os problemas de seus alunos e tentar levá-los à autorrealização.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. B. de Fenando; RECHENBACH. Fabiana. **Contribuições à Educação em Direitos Humanos na Contemporaneidade**. Curitiba- Brasil, 2016

BRASIL. **Constituição Brasileira**. Brasília, Senado Federal, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Decreto n.º 1.904, de 13 de maio de 1996. **Programa Nacional de Direitos Humanos 1**. Revogado pelo Decreto n.º 4.229, de 13.5.2002. Brasília, SEDH/MJ, 1996a.

_____. Decreto n.º 4.229, de 13 de maio de 2002. **Programa Nacional de Direitos Humanos 2**. Revogado pelo Decreto n.º 7.037, de 2009. Brasília, SEDH/MJ, 2002.

_____. Decreto n.º 7.037, de 21 de dezembro de 2009. **Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências**. Brasília, SEDH/MJ, 2009a.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: versão 2006**. Brasília, MEC/SEDH, 2006.

_____. Parecer CNE/CP n.º 8/2012. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Brasília, MEC/CNE, 2012a.

_____. Resolução CNE/CP n.º 01/2012, de 30 de maio de 2012. **Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Brasília, MEC/CNE, 2012b.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica**. Brasília, MEC/CNE, 2015.

CANDAU, Vera Maria. **Educação em direitos humanos: principais desafios**. Rio de Janeiro: 2005.

_____; RUSSO, K. **Interculturalidade e Educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa** *Revista Diálogo Educacional*. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 10, n. 29, p. 151-169, jan./abr. 2010.

_____; MOREIRA, A. F. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas.**

10. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CARREIRA, Denise. **Igualdade e diferenças nas políticas educacionais: a agenda das diversidades nos governos Lula e Dilma** / Denise Carreira; orientação: Profa. Dra. Roseli Fischmann, São Paulo, 2015.

COSTA, Graça dos Santos. **Projeto de Pesquisa: Interlocuções entre Educação em Direitos Humanos, Currículo e Formação de Professores.** Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estruturas e organização.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Brasília, 1948. Disponível em: <<http://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2016.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. De. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, B. de S. **A globalização e as ciências sociais.** São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Reconhecer para libertar: Os caminhos do cosmopolitismo multicultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Moitinho Sara. **Educação, direitos humanos, igualdade e diferença: o que dizem os professores?** / Sara Moitinho-Silva; orientação Maria Victoria de Mesquita Benevides. São Paulo: s. n., 2016.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad crítica y educación intercultural.** In: VIAÑA, Jorge; TAPIA, Luis; WALSH, Catherine. **Construyendo Interculturalidad Crítica.** III – CAB. La Paz – Bolívia, 2010.